

Reseña de eventos

Colóquio Internacional: 70 anos do Manifesto dos Pioneiros, um legado educacional em debate. Belo Horizonte (Brasil), agosto de 2002. A Tradição De Se Manifestar

Um acento.

Um aniversário.

O tema dos 70 anos do Manifesto de 1932 pode ser inscrito em uma larga tradição de se manifestar em torno da (ou pela) causa educacional no Brasil. Tradição que, para ser melhor compreendida, requer a definição de ênfases, limites e demarcações. Contudo, esse tipo de empreendimento, não deve impedir a percepção de jogos de relações aos quais o objeto recortado encontra-se vinculado e nos quais o mesmo foi e vem sendo produzido enquanto tal. Nesse esforço torna-se necessário admitir, por exemplo, o jogo das transmissões, retomadas, esquecimentos e repetições, de modo a escapar da armadilha de se operar com a noção de tradição sob a lógica de uma busca das origens, desenvolvendo, então, um esforço para retroceder indefinidamente até localizar as origens sobre as quais, imagina-se, o objeto a ser examinado encontra-se sedimentado, aí tornado visível e explicável. Armadilha a ser evitada também pelo risco de se considerar, com isso, a existência de um fundo de continuidade, remetendo-nos sempre ao mesmo, concepção que nos obrigaria a considerar a existência de uma *quase natureza* ou essência do fenômeno, inserido, assim, em uma plataforma cuja marca seria a da imobilidade. Nesse caso, ao explorar a hipótese de existência de uma tradição, lembro que tal categoria deve ser percebida no âmbito de mediações complexas e profundas que criam condições bem determinadas para o aparecimento de um dado discurso que, ao ser apropriado de modo assemelhado, termina por produzir um efeito de permanência.

Ao lado dessa questão, julgo ser pertinente observar um outro tipo de armadilha, correlata aos atos comemorativos. Quero sublinhar que ao remeter a uma política dos efeitos, usos, usinagem, recepção ou processamento do “manifesto de 32”, a idéia de legado pode encaminhar igualmente à idéia daquilo que foi herdado pelos articuladores, signatários e redator, bem como ao modo como lidaram com a herança que lhes foi deixada. Recomposto neste termos, o conceito de “legado” é configurável por intermédio de um vetor de dupla direção, definindo um ângulo e uma possibilidade de interpretação. Sob esse ângulo, poderíamos pensar que o chamado “Manifesto dos pioneiros de 1932”, menos que inauguração ou término, inscreve-se em uma tradição de

se manifestar. Posto nessa chave, o debate acerca dos 70 anos do documento “A reconstrução educacional no Brasil – Manifesto dos pioneiros da educação nova”, dirigido ao povo e ao governo, fica ricamente adubado, possibilitando abordagens que subtraem o gesto de lembrar de um risco meramente celebrativo. Dessa forma, constrói-se uma rara oportunidade de colocar em xeque parte das representações acerca da educação formulada pelos que antecederam os “Pioneiros”, pela ação dos próprios e por um conjunto de trabalhos que se debruçam, de modos variados, sobre a questão da Escola Nova, em diferentes regiões do Brasil, da Europa e nas Américas.

No caso do Brasil, manifestações em torno da causa educacional remontam ao período da colonização, avançando pelo tempo da monarquia, chegando ao período republicano. Macro períodos caracterizáveis, respectivamente, de modo amplo, pelos signos da *ausência*, *implantação* e consolidação da ordem escolar, o que já indicia condições de produção relativas aos discursos gerados acerca deste objeto.

No que se refere às manifestações associativas, chamo atenção para espaços de produção coletiva no âmbito da educação escolar que ao longo do século XIX participaram da construção desse tipo de prática. Uma primeira observação em relação a essas manifestações remete ao fato de que as mesmas são codificadas. Seguem um padrão retórico que busca definir as duas posições inicialmente presentes nesse tipo de documento: os remetentes e os destinatários. Na espécie de face a face que busca instaurar, mediado pelo papel, tinta, suportes, pertencimento dos redatores, editores e leitores, bem como pelo próprio código da escrita, torna-se perceptível o padrão que guia a prática da escrita dos manifestos. Uma segunda observação que se pode daí derivar é que sob o controle do código dos “manifestos” o tema da escola é focalizado por lentes que variam em intensidade e qualidade, antecipando e precisando os efeitos esperados e as condições de enunciação.

Ao desenvolver esse modesto exercício acerca da hipótese de que há uma tradição de se manifestar no campo educacional, recorro incidentalmente à quatro documentos que se referem a essa idéia: um de 1874, outro de 1877, o de 1932 e um de 1959. Nesse exercício, busquei privilegiar o debate acerca da dimensão codificada da prática de se manifestar e da variedade das representações do objeto educacional que as manifestações aqui selecionadas efetivamente procuram construir.

Em 9 de março de 1874, 12 pais se dirigem ao Inspetor Geral de Instrução Primária e Secundária da Corte, solicitando a remoção de Gertrudes Mathilde da Silveira, professora pública da escola feminina de freguesia de Realengo, argumentando a redução de 36 para 16 alunas na referida escola. De acordo com esses signatários, o abandono fora provocado:

- a) Pela pouca aprendizagem das alunas
- b) Insultos por parte de colegas mais “favorecidas da fortuna”
- c) Desigualdade de cores, visto que a professora dizia, segundo os assinantes, que a escola não era para “pretas e outras”
- d) Atos e gestos indecentes praticados pelas alunas na escola

Ademais, os pais alegavam ser sensível a falta de um colégio no povoado, tendo em vista que o mais próximo encontrava-se distante 3 léguas. Por tudo isso, classificam a professora como incapaz, pedem a sua remoção e a nomeação de uma substituta. No entanto, em seguida, 41 pais manifestaram-se em favor de Gertrudes, atestando bom aproveitamento das filhas. No que se refere à questão racial, confirmam a verdade da recusa de matrícula a uma “menor de cor preta”, procedimento justificado pelo fato daquela não ter apresentado documento algum que provasse sua condição de livre. Porém, logo que tal comprovante foi apresentado, a professora não só admitiu a menor, como lhe ensinou igualmente. Argumentam ainda que o pedido de remoção contido no primeiro manifesto de pais estava sendo motivado pelo interesse na nomeação de uma “protegida”, como era “voz pública”. O inspetor, Felix Martins, remete o documento ao delegado da freguesia em 14 de março que, então, faz considerações favoráveis à professora, devolvendo ao inspetor a responsabilidade e competência para deliberar acerca do “justo e conveniente para o lugar”. A massa documental consultada (AGCRJ/SDE, código 11.4.15) não precisa o desdobramento desse problema.

Há 128 anos, em 23 de novembro de 1877, 19 professores dirigiram-se ao presidente da Câmara de vereadores e demais componentes da mesma no seguintes termos:

“O pessoal docente da escola municipal de São Sebastião vem rogar a V. Ex^a que, atendendo á insufficiencia de seus vencimentos, em uma epocha de carestia como a que atravessamos e em remuneração dos serviços prestados no anno proximo findo, serviços provados nos exames a que se procedeu em dezembro do referido anno lhe mande abonar por uma só vez uma gratificação como feito nos annos anteriores, É de indubitavel justiça que a Ilma Câmara que por defficiencia de meios, tem até agora mantido em tão precaria situação os desaventurados educadores do provo, procure suavisar-lhe a sorte por meio de um acto de equidade e benevolencia; assim pois os supplicantes aguardam esperançosos.” (AGCRJ/SDE, Código 11.4.15).

Essa manifestação recebeu apoios de seis vereadores, havendo no documento um despacho para que o mesmo fosse encaminhado à comissão de contabilidade, indicativo de que o pleito dos professores foi atendido.

Em março de 1932, inicialmente pelos jornais e posteriormente em forma de livro, um grupo de 23 homens e 3 mulheres deram visibilidade a um manifesto endereçado ao povo e ao governo. Nele, menos que questões pontuais, como nos dois casos anteriormente referidos, busca-se traçar um plano geral para a reconstrução da educação nacional. Heterogêneos em sua biografias e perspectivas de vida, esses 26 intelectuais tornaram pública, sob a pena de Fernando de Azevedo, pontos em torno dos quais os mesmos admitiam haver acordo. Aí, o problema da educação nacional, sua função, finalidades, valores, relação estado-educação, processo educativo, plano de reconstrução, formação dos professores e a questão da democracia, dentre outras, encontram-se amalgamadas, como estratégia de afirmação de um grupo, utilizado, ao mesmo tempo, como um procedimento voltado para difusão dessas idéias, inclusive no interior dos cursos de formação de professores. Estratégia que, dada as posições dos signatários e simpatizantes no campo político e educacional, gerou reações vigorosas, particularmente de agentes vinculados à igreja católica.

Em 1959, em outra conjuntura de intensos debates acerca da reorganização e funcionamento da educação brasileira, um outro manifesto vem à lume, contando com a presença dos “velhos” pioneiros, elegendo como tema prioritário a questão da destinação dos recursos públicos, como parte de ampla campanha em defesa da escola pública. Nele, os 189 signatários enfeixavam o problema na educação na questão do financiamento, desejando, dessa forma, assegurar a destinação exclusiva das verbas oficiais para a rede oficial. Também redigido por Fernando de Azevedo, valendo-se de estratégias de difusão assemelhadas às empregadas em 1932, o novo “Manifesto dos educadores – mais uma vez convocados”, publicado pela primeira vez em 1/7/59 traça um diagnóstico da educação no Brasil, chamando atenção para os deveres junto às novas gerações, fundindo em um único fio, as lacunas diagnosticadas com as possibilidades de sua superação, assentando assim as bases para aceitação do projeto do qual o manifesto constitui-se em uma das expressões e que funciona, ao mesmo tempo, como ferramenta e forma de combate aos interesses dos chamados “privatistas” durante o processo de elaboração da primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Nesse movimento, o diálogo com o manifesto de 32 funciona como argumento que, ao reconhecer o ainda-não-realizado, estrutura o novo texto, atualizando aquele movimento que, desse modo, também credencia e legitima o novo. Na conjuntura dos anos 50 a atualidade

da defesa de uma escola liberal e democrática figura ao lado da crítica às experiências de liberdade de ensino, à defesa da relação entre educação, trabalho e desenvolvimento e à defesa da escola pública pelos “educadores patriotas –mas não exclusivamente”–, como eles se autorepresentaram.

Assim, variando no face a face, nos temas abordados, no horizonte para o qual miram, nas estratégias mobilizadas, na extensão do que demandam e no alcance que pretendem, o exercício que realizei busca demonstrar, ainda que com certo grau de precariedade, que a tradição de se manifestar na área educacional não pode e não deve ser condensada no exame de um único documento, embora seu estudo alargado – apanhando as condições de seu aparecimento, sua própria materialidade, recepção e efeitos – seja de fundamental importância e rigorosamente necessário. Desse modo, dedicado à espessura de um discurso, sua textura e tecitura torna-se mais visível quando promovemos relações entre os enunciados, grupos de enunciados, bem como relações com grupos de enunciados e acontecimentos de ordem inteiramente diferentes. Esforços aqui brevemente experimentados, mas que encontraram-se intensamente presentes no Colóquio “70 anos do manifesto dos pioneiros – um legado educacional em debate” e que certamente atravessam e compõem os recortes instigantes a que tal legado foi submetido pelo experientes pesquisadores que, ora, participam desta obra. Enfim, cada um, a seu modo, ousou dialogar com uma determinada tradição, dilatando a própria experiência de examinar manifestos, esta também uma forma codificada de dizer e de se fazer tradição.

JOSÉ GONÇALVES GONDRA
Rio de Janeiro (Brasil)